



ATA 16

Ao vigésimo dia do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia Extraordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro (RM)
- Luís Manuel Noura Grabulho (RM)
- Francisco Eduardo Couto Vasques Carvalho (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Marco Régis La Comblez Leitão (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Francisco José Fonseca Lima Andra de Tártaro (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- José Alberto Falcão dos Reis (BE)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM) – substituído por Luís Manuel Noura Grabulho;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Falcão Reis;
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD) – substituída por José Tártaro;

Não estiveram presentes e não se fizeram substituir:

- Jorge Raúl da Purificação Rodrigues da Cunha (PS);
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD);
- Arnaldo Dias de Andrade (RM).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Marco Régis La Comblez Leitão
- 2ª Secretário – Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro



Presenças associativas:

- Associação de Moradores do Bairro da Mouteira;
- Associação de Moradores do Bairro Lordelo do Ouro;
- Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal;
- Associação de Moradores do Br. Dr. Nuno Pinheiro Torres;
- Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre.

Intervenções antes da ordem do dia:

Intervenção do público:

- **Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal:** em nome da Associação e em meu nome pessoal (Fernando Jorge), agradecer a Sra Presidente da União de Freguesias, bem como ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, ao Dr. Carlos Velez, por participação e ajuda nas comemorações dos 40 anos desta Associação no mês passado. Agradeço a Escola Leonardo Coimbra Filho, onde foram feitas as comemorações e uma palavra especial ao Dr. Carlos Velez pela ajuda incansável nestas iniciativas, num curto espaço de tempo. Agradecer o catering servido pelos alunos, muito bem trabalho e servido.

- **António Macedo, Br. Bom Sucesso, Bl. C C/61:** para se pronunciar sobre o esquecimento de uma pessoa por parte da Junta de Freguesia, D. Isaura, que pertence ao Centro de Convívio da Junta e que tem um filho sem meios económicos. Existe um serviço social para tratar desses assuntos, informei a Dra Paula, dando umas dicas para o tratamento dentário e não obtive resposta. Gostaria de saber se a Junta sabe de alguma coisas das obras do Bairro do Cruzinho e do Bairro do Bom Sucesso.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia:** agradecer as palavras da Associação de Doentes Renais e é com muito gosto que esta Junta apoia uma associação que tanto faz pelos seus associados, parabéns. Em relação às questões colocadas pelo Sr. António Macedo, amanhã irei averiguar. Pode existir alguma situação mal encaminhada ou deturpada. Em relação ao Bairro do Bom Sucesso, é algo que ando a solicitar a 6 anos a Câmara Municipal do Porto, porque é um Bairro que deve ter obras, mas neste momento não está previsto, de imediato. O Bairro do Cruzinho, é um Bairro particular e na passada sexta-feira a protecção civil esteve nesse Bairro, numa casa onde ruiu o telhado e os serviços da Junta estiveram a solucionar o problema do cilindro. Podemos dizer que estamos atentos ao Bairro do Cruzinho.

Intervenções dos partidos políticos:

Eduardo Vasques de Carvalho (RM): Ex.mos Senhores Membros desta Assembleia de Freguesia, Boa noite. Antes de mais quero cumprimentar todos os fregueses aqui presentes e através deles cumprimentar os membros legalmente eleitos, apenas estes, para os órgãos da freguesia aqui representados.

Não obstante não haver comparecido à sessão anterior desta Assembleia de Freguesia, pelos motivos que são públicos, e tendo recebido cópia da ata número 15, relativa a essa mesma Assembleia, não posso deixar de me pronunciar sobre a mesma, afirmando de forma clara e para todos os que não participaram na Assembleia de 27/10/2015, que esta ata contém inúmeras inverdades ou omissões, apenas admitindo que este documento, que não espelha o teor integral da dita Assembleia de 27/10/2015, disponível também em suporte áudio, não visa mais do que atirar areia para os olhos de pessoas mais desatentas.

Contudo, entendo que deverá ser útil o uso de uma peneira para que se possam retirar essas areias e se possa esclarecer de forma precisa mas sintética os factos relatados.

Verifiquei, pois, que são atribuídas diversas afirmações ao Sr. Mário Praça, desconhecendo-se quem foi o autor de tal redação.

Numa primeira refere-se que: "Destituída a mesa, impunha-se constituir uma mesa "ad-hoc" ou provisória, apenas para conduzir o acto de eleição de nova mesa."

Como é do conhecimento de todos, tal circunstância não ocorreu, uma vez que, seja por arrogância ou prepotência – desconheço a verdadeira motivação –, não foram tomadas em conta as informações de vários elementos da assembleia de freguesia que por diversas vezes avisaram para a ilegalidade do ato. Inclusivamente a própria CDU levantou a questão da legalidade e colocou sérias reservas ao dito ato. Não deixa de ser relevante a posição que adotará sobre esta matéria. Ao constar da referida ata um único excerto sobre essa pseudo "eleição" ad-hoc, alguém tenta branquear tudo o que se passou com enorme e maior relevância em todo este processo.

Diz-se ainda, que a eleição da mesa decorreu de forma clara e transparente. No entanto, omite-se que foram vários os membros da Assembleia de Freguesia que abandonaram a sala, contestando inclusivamente o ato, e terão ainda existido membros da Assembleia a quem esses ditos líderes ter-se-ão "esquecido" de informar ou de dar conhecimento da sua intenção a metade dos restantes elementos que representavam.

Mas esta ata não espelha apenas coisas negativas. Também contém trechos positivos, nomeadamente quando é dito que quer o TAF quer os serviços jurídicos da Junta acabaram por dar razão aos contestatários, o que registo com agrado. Porém, infelizmente, o teor dessas recomendações não foi dado a conhecer aos membros da Assembleia, o que já é habitual sem qualquer contestação dos presentes.

Não quero crer, porém, que o TAF tenha sugerido que um presidente eleito ilegalmente, conforme vem referido na ata, pudesse convocar uma nova assembleia de freguesia para que pudesse ser reeleito. E por esse motivo mantenho a convicção de que esta ata é omissa e não reflete a real sucessão dos factos.

Quero aproveitar para informar todos os fregueses que, em parte, e exatamente por causa de questões processuais como esta, a que ninguém anteriormente ligava, a junta de Massarelos, governada pelo PSD no mandato anterior, na qual a atual Presidente da Junta era inicialmente tesoureira e posteriormente Presidente, tem hoje em dia um processo no IGF (instituto gestão financeira) por alegada utilização indevida de cerca de um milhão de euros de dinheiros públicos e que no presente já existem indícios que nos levam a crer que se poderá seguir o mesmo caminho. Desconhece-se, por ora, a veracidade ou autoria desses factos, mas não é de estranhar que já se ouça dizer que neste momento se encontra em curso uma investigação á junta freguesia por parte da Policia Judiciária.

F. L.

 Perfeito

Infelizmente não poderei votar o teor desta ata uma vez que não estive presente. E, por isso, rogo a todos os elementos que estiveram presentes na sessão de 27/10/2015 e que estiveram presentes na sessão de 11/04/2016 – com especial enfoque para o corajoso, coerente e ilustre membro desta Assembleia, eleito pelo Partido Socialista, o Ex.mo Sr. Manuel Carvalho e para os meus ilustres companheiros de Movimento –, que votem favoravelmente o teor da ata, pois só dessa forma é que estarão formalmente a pactuar com algo que sabem não corresponder à verdade e, politicamente, a comprometer-se com esta sucessão (ilegal) de eventos, que não deixarão de ter consequências futuras.

Concluindo, afirmo que continuarei a zelar pelo regular funcionamento das instituições, nomeadamente por esta Freguesia e pelos seus fregueses, e continuarei a contestar todas as medidas contrárias à Lei e aos princípios que norteiam o Movimento Independente.

Muito obrigado.

Presidente da Junta, Sofia Maia: gratificante às suas palavras em relação a minha pessoa no outro mandato e levei esta Junta a um bom porto, estava eleita pelo PSD e neste momento estou eleita como independente. Fico contente que tenha lido esse texto e comunico a todos os presentes que amanhã irá dar entrada um processo crime contra o Senhor. Ultrapassou todos os limites em relação a minha pessoa em dizer que desviei um milhão de euros. Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, falaremos em local próprio e em tribunal onde terei todo o gosto em falar com o Senhor e defender-me perante si e o Juiz.

Perfeito Monteiro, CDU: no passado dia 11 de abril de 2016 numa Assembleia Extraordinária convocada pelo Sr. Deputado Mário Praça, intitulando-se Presidente da Assembleia de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos e depois de anunciar as razões quer o levaram a convocar essa assembleia, quis levar por diante a sua intenção com o apoio da maioria em regularizar essa Assembleia, mesmo com uma declaração da parte da CDU, considerando ilegal a realização da mesma. Nestas condições não restava outra alternativa a CDU, a não ser abandonar os trabalhos, não pactuando com semelhante irregularidade. Estamos sempre disponíveis para colaborar sempre no estreito cumprimento da Lei, mas recusaremos sempre em nome da população que nos elegeu, dar cobertura a trapalhadas, premeditada, construída e executada por todos os grupos políticos que têm colaborado nesta falta de rigor e transparência na aplicação da Lei a nível regimental. Fomos surpreendidos por esta convocatória, quando o que nos era proposto era ratificar todas as decisões tomadas desde 27 de outubro de 2015 e eleger a nova mesa da assembleia de freguesia. Esta é a prova provada de que se tinha cometido uma irregularidade. Lamentamos que os intervenientes, nomeadamente o Deputado Mário Praça não tivesse uma palavra de reconhecimento deste atropelo a Lei, mas preferiu estar disponível para cometer mais erros, como já aconteceu. Mesmo com informação já prestada pelo TAF, o Sr. Deputado Mário Praça continua convicto de que todos os atos que levaram a eleição da nova mesa, foram regulares e legais. A Sra Presidente da Junta depois de ter invadido as competências desta assembleia de freguesia, na mesma eleição, de uma forma consciente, não presta declarações a comunicação social, invocando a separação de poderes destes dois órgãos da freguesia. Percebemos que o interesse desta convocatória tinha a ver com contactos feitos pelo Sr. Deputado Mário Praça, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e dos serviços jurídicos da Junta de Freguesia, onde lhe foi transmitido a ilegalidade praticada na Assembleia de Freguesia de 27 de outubro de 2015. Acreditando nas informações dadas pelo Sr. Deputado Mário Praça,

h
D

na assembleia extraordinária do passado dia 11 de abril de 2016 e não tendo razões para duvidar das mesmas, queremos dizer que não havendo nenhuma pronúncia, por enquanto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, podemos concluir que este Tribunal comportou-se como uma organização de bem fazer, elucidando e propondo aos infractores iniciativas que pudessem minimizar o conteúdo da queixa apresentada. Aproximamo-nos perigosamente do momento de repetir aquilo que aconteceu no mandato de 2005/2009 e era bom que não acontecesse. O processo é o mesmo, as razões podem ser tiradas a papel químico, os intervenientes são diferentes, mas com o mesmo pensamento político. Este processo deu origem a dez providências cautelares, pago pela Junta de Freguesia 39 mil euros a uma Sociedade de Advogados, acumulação de dívidas, perdão da dívida pelo Município a volta de 200 mil euros e impedimento por dois anos da Assembleia de Freguesia de reunir. É necessário colocar esta Assembleia a funcionar dentro da Lei.

António Moutinho, RM: como ainda não foi eleito legalmente o novo Presidente da Mesa, saúdo o ainda Presidente, até tomar posse o novo legalmente, Eduardo Vasques de Carvalho, a Presidente e Executivo também saúdo, membros da assembleia e público em geral. Em primeiro lugar parecer que querem mesmo eliminar mesmo o Eduardo, pois a Junta que se preocupa tanto com a certificação da qualidade, com extrema excelência da população, eliminou no site da Junta o nome do Eduardo Vasques de Carvalho, nos candidatos eleitos. Queria primeiro fazer este protesto em seguida como foram feitos alguns reparos a minha pessoa nesta ata e que eu também protesto, porque estás cheia de inverdades. Sr. Manuel Carvalho eu não tenho falta de coragem de denunciar, o Sr. é que não tem coragem e fica calado. Eu e mais três elementos não tivemos conhecimento da decisão da reunião de líderes, reclamei a situação ilegal na Assembleia de 27 de outubro de 2016 e a Sra Presidente da Junta que quis ao mesmo tempo apropriar-se da assembleia e mandou-me calar e perante essa ilegalidade, retirei-me. O BE está a evoluir ao aliar-se ao CDS e ao PSD, fico contente, pois o Sr. José Reis diz que todos os membros sem termos a Lei e o Regimento concordamos, mas não fale em todos. Eu assumo as minhas responsabilidades, alertei para o ato ilegal e retirei-me e não tenho culpa que os Srs. desconheçam as leis do nosso país.

Manuel Carvalho, PS: Sr. Presidente Mário Praça, que é o Presidente eleito democraticamente e com justiça foi corrigida, ao contrário do que alguns deputados dizem e para o PS é o Presidente da Assembleia de Freguesia democraticamente eleito, corrigidos os erros processuais que se indicaram na assembleia anterior. Estou surpreso que na última assembleia alguns deputados da CDU abandonaram, sendo uma falta de respeito perante a assembleia. Esperava enquanto membro da assembleia de freguesia, enquanto cidadão desta União de Freguesias, que o processo estava encerrado mas a membros que querem continuar com isto e o mais importante, na opinião do Partido Socialista, é resolver os problemas da nossa União de Freguesias. Reforço do Partido Socialista a governação da Sra Presidente e ao Executivo e estamos consigo, pois está a fazer um excelente trabalho pela Freguesia.

José Reis, BE: pensava que este assunto estava resolvido mas vou manifestar a minha opinião, pois sou aliado da razão e do bom senso. Todos temos noção que a eleição da mesa inicial foi irregular e ilegal e a questão que se coloca é saber se foi ilegítima, pois há uma diferença entre ser irregular, ser ilegal e ser ilegítimo. O que se passou foi complicado e não há ninguém isento, uns mais outros menos. Os primeiros responsáveis foram os oitos que se inscreveram a destituição de Eduardo Vasques de Carvalho e não sabiam os procedimentos para eleição de uma nova lista, depois são

todos os outros elementos dos deputados aqui presentes, pois foi feita uma pequena reunião nesta sala, com os líderes das bancadas e estiveram todos de acordo para ser feito como o procedimento da instalação, em que o membro votado preside. Aquilo que falhou, é que o elemento mais votado já era o Presidente da Junta e portanto foi um disparate colocar a Sra Presidente da Junta, a dirigir a assembleia. Ninguém se lembrou de fazer uma mesa had doc e portanto a eleição da mesa foi ilegal e irregular. Fez-se nova eleição de uma forma legal e para justificar todos os atos já feitos fez-se a ratificação das decisões e ao ratificar as decisões tomadas pelo membro Mário Praça, estamos também a ratificar a convocatória feita por ele. Foi um processo legítimo, democrático de resolver um problema legal.

Casimiro Calisto, CDU: a CDU tem uma enorme reserva a forma como decorreu esta eleição, achamos que foi irregular, mas temos toda a legitimidade para nos empenharmos para que funcione a assembleia de freguesia. Temos um compromisso com a população e daí termos requerimentos, propostas para serem discutidos e uma serie de perguntas e sugestões para alertar para certos problemas que vão surgindo. Em relação ao que foi dito sobre a legitimidade e todos concordam que se houvesse uma eleição feita de maneira correta, o resultado era este, destituir unicamente o Eduardo Vasques de Carvalho. O Sr. Eduardo Mário Praça tinha toda a legitimidade para convocar de outro modo, havia uma serie de elementos que tinham proposto esta eleição, fazia uma convocatória e avançava-se com uma comissão had doc e o ato era consumado. Não se percebe que sejamos convocados para uma alteração, porque se diz que houve uma notificação, sugestão do TAF e que ninguém soube dela, houve aconselhamento dos serviços jurídicos, ninguém soube dela. Recordo e esta em ata que eu estive nessa reunião e concordei no modo de eleição, mas na mesma assembleia o meu camarada, Perfeito Monteiro, disse que não estava correto. O mais grave foi proporem a destituição de uma mesa e não saberem como eleger e nessa assembleia estava um dirigente do PSD, que é advogado da Junta que devia ter instruído para eleger correctamente.

Tesoureiro da Junta: relativamente as acusações repetidas e às insinuações feitas por alguns membros desta assembleia, penso que estes assuntos devem ser tratados nos locais próprios, com os processos crimes devidos e como já foi dito pela Sra Presidente, este executivo vai colocar um processo crime por difamação em local próprio. Achamos que os tribunais são idóneos e decidirão com justiça. Foi posto em causa as contas da Junta pelo Sr. Perfeito quando diz que esta Junta vai no mesmo caminho do mandato de 2005, penso que não deve estar a referir-se ao mandato da Dra Sofia, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Massarelos, porque se for essa a comparação, aceito e fico satisfeito. A Dra Sofia desde que tomou posse como Presidente da Junta, começou um trabalho de saneamento financeiro e pagamento de dívidas. Hoje em dia esta União de Freguesias é uma entidade credível, paga a tempo e horas a todos, já regularizou uma grande parte das dívidas, não todas e o dinheiro que sobrou pela via de haver menos dívidas, tendo partitamente gasto em apoio social e pelas associações.

Perfeito Monteiro, CDU: quando o Sr. Tesoureiro quiser fazer uma insinuação ou dizendo que os outros fizeram uma insinuação, deve consultar o registo da gravação antes de intervir. Está a dizer uma pura mentira, ninguém afirmou isso. O Sr. Manuel Carvalho, líder da bancada do Partido Socialista está muito preocupado com a CDU. Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, disse que embora o Sr. Perfeito tivesse dito que era uma ilegalidade o que se estava a fazer, mas não apresentou alternativas. A alternativa é a Lei, que era aquilo que o Senhor não sabia na altura.

António Moutinho, RM: Sr. José Reis a sua interpretação da Lei é uma anedota e há aqui muitos membros da assembleia que estão a tomar atos ilegais que poderão perder o mandato, pois não estou ciente que a contagem das votações seja a certeza que o Sr. José Reis tem e há muita gente que vai perder o mandato e inclusive deveremos ter de realizar novas eleições. Não tivemos informação do TAF, a mesa não nos revelou a informação do TAF.

Vogal da Junta, Mimosa Pinho: venho aqui relativamente a exposição que o membro da assembleia, Eduardo Vasques de Carvalho, fez e referir que dou o meu total apoio a Dra Sofia Maia, uma vez que também pertenci ao Executivo em parte, e sei o trabalho que foi feito, quer a nível financeiro, quer todo o apoio a freguesia, portanto não concordo e repudio completamente as frases que foram usadas pelo membro da assembleia, Eduardo Vasques de Carvalho.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: estamos a exceder um pouco neste ponto, para que depois não seja acusado de que não deixei falar as pessoas. Não sou jurista e se há algum ato que possa cometer menos próprio, não será com essa intenção. Relativamente ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e para quem não restem dúvidas, recebi uma notificação dirigida a mim, na pessoa do Presidente da Mesa, e passo a citar: "indicar face ao vício referido o que tiver por conveniente e que medidas pretende sejam tomadas a fim de ser reposta a legalidade". Isto foi uma queixa apresentada pelo Sr. Eduardo Vasques de Carvalho e até agora não houve nenhuns despachos a tirar ou a não tirar a legalidade, legitimidade, que eu tenha conhecimento e que os Srs Deputados aqui afirmaram que havia despachos, anteciparam-se pois eu não tenho conhecimento de nenhum. Quanto a minha resposta e uns dos pontos que mais interessa, foi a intenção do Presidente da Assembleia de Freguesia, convocar no prazo máximo de 30 dias e no exercício dos poderes que lhe são próprios, nova assembleia cuja a ordem de trabalhos contenha dois pontos: eleição da mesa da assembleia na consequência da destituição da anterior mesa de 27 de outubro de 2015 e ratificação de todos os atos praticados pelo Presidente e ou pela mesa da assembleia de freguesia eleita de 27 de outubro de 2015, desde o momento da eleição até a presente data. Aquilo que estamos aqui a discutir, foi aquilo que eu discuti ao Tribunal Administrativo e Fiscal e até agora não temos mais nenhum despacho e pensamos com esta situação que as dúvidas possam ficar resolvidas. Agradeço a todos presentes que aceitaram a minha convocatória. Agradecia que os requerimentos, de preferência fossem apresentados 48h de antecedência, para que todos os elementos possam analisar.

Casimiro Calisto, CDU: fiz chegar mais cedo os requerimentos para não estar aqui a ler os documentos e é timbre da CDU apresentar sempre mais cedo. Gostaria de colocar algumas perguntas e uma delas é sobre o funcionamento da assembleia e gostava que o Sr. Presidente da Assembleia, neste momento quem é que está a faltar da Lista do RM? Porque a substituição dos eleitos segue uma ordem e gostava de saber se isso esta a ser observado e parece que não está.

Presidente da Assembleia, Mário Praça: esta a fazer uma afirmação e foi feita aqui em voz alta a chamada. Foram chamados os elementos e a mesa tem em seu poder as respectivas substituições.

Casimiro Calisto, CDU: o Sr Luís Grabulho está a substituir quem?

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: O Sr. Miguel Ginja. O Sr. levanta suspeitas a colocar esta questão.

Casimiro Calisto, CDU: gostaria de saber se nós na assembleia houve umas atas que foram pedidas e respectivas certidões para apresentarmos a quem de direito, as atas das assembleias de 16 e 23 de Setembro de 2015 e fizemos um pedido por requerimento em 1 de outubro e 16 de dezembro de 2015 e até agora ainda não recebemos essas certidões das atas. Outra questão é sobre a base Gove, está lá contratada uma assessoria jurídica de determinado Advogado, para acompanhar a Junta de Freguesia nas assembleias. Gostava de perceber se as assembleias que é um órgão diferente e se contratam uma pessoa por 900 Euros por mês, que dá ao ano 10.800.00 Euros, que é mais de que um ano do funcionamento do Centro de Convivo, se faz algum sentido que se faça isso. Queria alertar o executivo para a situação que vai ocorrer sobre o caos na Rua da Senhora da Boa Morte, Rua do Ouro, pois o INEM teve dificuldade em passar no Largo do Ouro e teve dificuldade em passar junto as esplanadas dos restaurantes. Outra questão é a protecção da marginal e sei que a Junta tem feito várias diligências, mas continua a haver zonas muito perigosas entre o troço do Ouro e a Cesil. Temos duas moções: Moção 25 de Abril e Moção 1º de Maio, são datas como ponto comum a defesa da liberdade, do trabalho. Temos ainda outra moção, Moção pela reposição das freguesias, se houve freguesias onde existiu oposição a agregação, foi a de Lordelo, Massarelos e a própria Cidade. Temos a Moção Parcómetros, e a Junta como elemento de proximidade deve pugnar e esta assembleia deve fazer, para que qualquer alargamento do espaço seja após consulta da Junta. Na Rua do Ouro existe uma grande dificuldade em definir o que arruamento e o que é passeio. Mais uma queixa de quem usa o eléctrico e que tem uma paragem junto as pias de lavar na Rua do Ouro e tem de sair no Calém ou na zona do Gás.

José Reis, BE: dado que a CDU já tem uma Moção sobre o 25 de Abril, irei retirar a minha e votarei favoravelmente a da CDU.

Luís Osório, PSD: irei fazer um comentário às quatro moções: quanto a moção do 1º de Maio, concordamos em tudo, pois não é posse de nenhum grupo partidário, não é de ninguém, é o Dia do Trabalhador e todos aqueles que se querem associar a festa. Não votarei a favor devido ao cariz político num dos parágrafos do documento. Quanto ao 25 de Abril, não é posse de ninguém, é propriedade dos Portugueses e com todos aqueles que se identificam com a restituição da liberdade, dos valores que o 25 de Abril representa para cada um e como sempre há um parágrafo que não concordamos. Em relação aos parcómetros estamos perfeitamente de acordo coim o que é dito, a Junta deve ser ouvida sempre e em tudo quando se toma uma decisão destas e para além que sou contra o excesso de parcómetros. Por último a reposição das freguesias, achamos que o processo bem ou mal, e em Lordelo votamos em unanimidade por uma freguesia independente, mas achamos que não é o momento de haver essa reposição das freguesias, como elas eram anteriormente.

Manuel Carvalho, PS: em relação às moções e na do 25 de Abril e 1º de Maio irei votar favoravelmente. Em relação as outras moções, o PS têm uma opinião sobre os parcómetros e para já isso não se coloca na nossa Freguesia e o executivo irá tratar essa questão. A moção da reposição das freguesias, é possível melhorar este processo com este Governo.

Handwritten mark: a circle with a vertical line through it and a checkmark-like shape above it.

Cláudia Costa, RM: em relação as moções apresentadas o deputado Luís Osório disse praticamente aquilo que eu poderia dizer. As moções do 1º de Maio e 25 de Abril são manifestos políticos, ninguém coloca em causa. A Junta comemorará o 25 de Abril, mas devermos votar contra esta moção, porque apela a manifestações e estas são questões pessoais de cada um. Em relação aos parcometros, para dizer que a Junta de Freguesia tem tido atenção a este assunto e tem mantido reuniões periódicas, com a Câmara Municipal do Porto e não vai haver qualquer aumento de parcometros nesta Junta. Acho que deve ser votada negativamente.

José Reis, BE: devido a uma palavra a moção da CDU não terá apoio e nesse caso reponho novamente a moção do BE sobre o 25 de Abril e também uma declaração do 1º de Maio. Sobre a situação dos parcometros é complexa, não é só o aumento dos mesmos e é um tema que merece melhor reflexão.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: as votações são votadas moção a moção e ausentaram-se das votações, segundo as palavras do Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, os membros, Beatriz Vilarinho, António Moutinho e Eduardo Vasques de Carvalho.

Marco Leitão, PS: solicita autorização para intervir previamente à votação das moções. Tendo em conta que, nestas votações, os eleitos do Partido Socialista têm liberdade de voto, vou explicar a minha votação. Em relação à Moção do 25 de Abril, embora não concordo com alguns aspetos formais dos considerandos, irei votar favoravelmente, por tudo aquilo que o 25 de Abril implica e simboliza; quanto à Moção do 1º de Maio irei votar favoravelmente também por tudo o que esta data implica e simboliza, mas deveria ter sido elaborada de outra forma; Moção da Reposição das Freguesias, a solução proposta não é a solução proposta pelo Partido Socialista, contudo revejo-me nalguns considerandos e por isso irei abster-me.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: votação das Moções.

Colocada à votação a Moção do 25 de Abril, apresentada pela CDU:

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

Favor- 5 (2 CDU;1 BE;2 PS); Abstenções – 1 (PS); Contra – 7 (4 RM;3 PSD)

Colocada à votação a Moção do 25 de Abril, apresentada pelo BE:

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

Favor – 6 (2 CDU; 1 BE; 3 PS); Abstenções – 6 (3 PSD; 3 RM); Contra – 1 (RM)

Colocada à votação a Moção do 1º de Maio, apresentada pela CDU:

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

ATAS

Favor – 5 (2 CDU; 1 BE; 2 PS); Abstenções – 1 (PS); Contra – 9 (4 RM; 3 PSD; 2 PS)

Colocada à votação a Moção Parcómetros, apresentada pela CDU:

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

Perfeito - A moção apresentada é muito simples, para sugerir que as Juntas de Freguesia não fiquem para trás, pois as sugestões devem passar pelas Juntas.

Favor – 6 (2 CDU; 1 BE; 4 PSD); Contra – 7 (4 RM; 3 PS)

Colocada à votação a Moção pela Reposição das Freguesias, apresentada pela CDU:

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

Favor – 3 (2 CDU; 1BE); Abstenções – 1 (PS); Contra - 9 (4 RM; 3 PSD; 2 PS)

Temos um voto de louvor apresentado pelo PSD que vai ser apresentado pelo deputado Luís Osório irá fazer a sua apresentação.

Luís Osório, PSD: solicitou a leitura do voto de louvor dado que se justifica e não acontece muitas vezes, nem na Freguesia e na Cidade (em anexo a esta ata cópia do voto de louvor)

Este voto de Louvor foi escrito pela Dra Gabriela Queirós, hoje não está presente, e a primeira pessoa a associar-se a este voto foi o Dr. Alberto Lima, Presidente durante 8 anos na extinta Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro. Em nome pessoal e da bancada do PSD, vale a pena o serviço público quando desempenhado desta forma e achamos que a colaboradora Margarida Fernandes é insubstituível.

Manuel Carvalho, PS: a bancada do Partido Socialista está totalmente de acordo com a bancada do PSD e as palavras do membro Luís Osório são as palavras do Partido Socialista. Acrescentar que o Presidente da extinta Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, do Partido Socialista, também tem muito boas referências sobre esta grande funcionária.

Casimiro Calisto, CDU: está de acordo ao voto de louvor e a Margarida é exemplar. O serviço público até bem pouco tempo tinha sido altamente atacado e este serviço deve ser defendido.

Cláudia Costa, RM: estamos de acordo com este louvor e é a pessoa da colaboradora que está em causa e 40 anos é uma vida e este louvor tem toda a razão de ser.

José Reis, BE: associar-se a este voto de louvor e em nome do BE saudar a longevidade laboral desta funcionária exemplar.



Eduardo Vasques de Carvalho, RM: não só em nome político mas em nome pessoal e de toda a família que trabalhou com a colaboradora Margarida, desde o seu início em que entrou, prestar a minha grande homenagem e se o meu pai aqui estivesse, era o primeiro.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: colocar a votação o Voto de Louvor a colaboradora Margarida Fernandes:

Foi colocada a votação o Voto de Louvor:

Aprovado por todos os membros presentes na sessão - 16 (dezassexes votos).

Maria João Nunes, Secretária da Junta: a D. Margarida é uma pessoa que se mostrou leal desde o primeiro dia, com uma capacidade de trabalho muito grande e só queremos agradecer-lhe muito.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: foi com bastante prazer que se ouviu das diversas forças políticas esta opinião unanimidade pelo trabalho exemplar desenvolvido durante 40 anos. Com a fusão das freguesias, com todo o trabalho administrativo e contabilístico, sem o suporte, a experiência e a dedicação da D. Margarida, certamente tudo não estraria também encaminhado como está. Em meu nome particular dou a minha grande amizade toda a vida, enquanto tesoureiro da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e em nome de todo o executivo dar-lhe os parabéns.

Presidente da Junta, Sofia Maia: a nível profissional não preciso dizer mais nada e agradeço pelo voto de louvou ao Dr. Luís Osório, porque a D. Margarida merece e muito. Como pessoa quero agradecer-lhe, das mensagens, dos emails que me mandou por diversas vezes, a dar força, de compreensão e quero saudar o seu profissionalismo É difícil encontrar um ser humano D. Margarida, em momentos como estes que nos fazer sair do fundo do poço. Muito obrigada por tudo o que tem feito, por mim, como pessoa, Sofia Maia.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: discussão da Deliberação da Inspeção à anterior Junta de Freguesia de Massarelos, apresentada pela CDU.

Perfeito Monteiro, CDU: este é um assunto que existe a praticamente quatro anos e a iniciativa da Junta de Freguesia, nomeadamente a atual Presidente e o seu executivo de pedir uma inspeção às contas da Autarquia, assim como a CDU que também pediu uma inspeção a Inspeção Geral da Administração Local. Essa inspeção foi feita a três anos e faz hoje um ano e alguns meses da passagem de mais um ano para que esse relatório definitivo não apareça nesta Junta de Freguesia. O relatório provisório já chegou às mãos da Sra Presidente e do executivo, já teve oportunidade do seu contraditório, mas passado um ano e mais alguns meses, ainda não aparece este documento definitivo. É para isso que apresentamos esta deliberação, no sentido de fazer tudo para que esse relatório apareça para a assembleia se poder pronunciar. Apelamos a todos os deputados para aprovar esta deliberação, para que o Sr. Presidente da Assembleia faça uma diligência no sentido de aparecer essa deliberação.

Luís Osório, PSD: pedido de esclarecimento sobre o que nos está a ser pedido para votar, ou seja, que nos seja entregue aquele relatório que foi uma análise prévia, que nos explicado a um ano e alguns meses, que tinha sido um conjunto de perguntas de esclarecimentos e que tinha recebido o contraditório por parte da Junta e na altura a

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Sra Presidente da Junta e que na altura a Sra Presidente da Junta não iria entregar, porque era um relatório preliminar. Estamos a pedir ao Presidente da Mesa esse relatório ou o relatório final, porque se é para pedir o que já foi pedido a um ano não faz sentido.

Casimiro Calisto, CDU: a bem da transparência o Sr. Presidente deve procurar junto das entidades competentes, nomeadamente a Inspeção Geral das Finanças, o Tribunal de Contas, sobre o resultado da inspeção.

José Reis, BE: apoio a moção da CDU, porque se há uma inspeção no primeiro semestre de 2012, essa inspeção tem de surtir resultados e esses devem sair. Por experiência, sei que muitas vezes os resultados dos relatórios nunca são tornados públicos. Acho pertinente que o Sr. Presidente da Assembleia faça diligências formais junto das instituições.

Cláudia Costa, RM: penso que deve ter sido um engano, pois foi solicitado não ao IGAP mas sim ao IGAL, em 11 de agosto de 2012, uma inspeção a Junta de Freguesia por suspeita de irregularidades. O que é pedido é incumbir o Sr. Presidente junto das entidades competentes, informações sobre o resultado da referida inspeção. Tenho algumas dúvidas sobre o Sr. Presidente da Mesa ou esta Assembleia possa pedir e esta deliberação possa ser devidamente aprovada, porque o Sr. Presidente da Assembleia ou qualquer Presidente, não tem poderes ou legitimidade na qualidade em que está investido, para proceder a este pedido. O nosso voto será de abstenção, devido a esta questão, mas seríamos os primeiros a querer que essa questão fosse resolvida o mais rápido possível.

Manuel Carvalho, PS: não temos dúvidas e se votássemos favoravelmente era porque desconfiávamos da Sra Presidente e quando houver algo será a primeira pessoa a comunicar a todos os Srs Deputados da Assembleia, o que se passa com esse processo.

Perfeito Monteiro, CDU: em relação a intervenção da Deputada Cláudia Costa tenho de dizer que está a dizer algo que não é verdade e se ler o que está escrito não troque os organismos, pois é a verdade. A Junta de Massarelos em 2011 pediu ao IGAP e posso apresentar-lhe o documento que a Sra Presidente da Junta enviou e a CDU pediu ao IGAL. Pedir para forçar a saída desse relatório e seria muito bom para toda a gente e informo a Sra Deputada que o Sr. Presidente da Assembleia representa todos os deputados e cada documento que é aprovado e tiver a indicação para que o Sr. Presidente desenvolva todos os esforços de apurar a verdade, é ele em nome de todos os deputados que vai fazer todo esse trabalho.

José Reis, BE: a mesa e o Sr. Presidente conforme o Regimento no artigo 16º, alínea b) e h), tem competências de proceder as diligências que sejam determinadas. O que queremos evitar é que este relatório fique esquecido, não seja homologado. Aprovo esta moção e não estou com isto a fazer alguma acusação.

Cláudia Costa, RM: concorda com o que foi dito pelo deputado do BE, mas a questão é a nossa possibilidade de pedir ao Sr. Presidente da Mesa para fazer uma determinada diligência e com o nosso mandato o Sr. Presidente da Mesa, faz-la. Outra questão é se formalmente, junto destes institutos se o Sr. Presidente tem ou não tem legitimidade para o fazer.

Casimiro Calisto, CDU: o Sr. Presidente tem toda a legitimidade de encurtar os tempos e a partir do momento em que o faça a CDU respeita, mas existe coisas que não podemos deixar, pactuar porque são demasiado óbvias. Em relação a bondade ou maldade da nossa proposta, já não argumento, pois é o Sr. Presidente fazer uma diligência. Em relação aos IGAP, IGAL, o meu camarada já respondeu e é claro que toda a gente pugna pela transparência e saber-se o mais depressa o que se passou.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: colocou a votação a deliberação e voltaram a sair da sala o Deputado António Cardoso, Beatriz Vilarinho e Eduardo Vasques de Carvalho.

Colocada à votação a deliberação da Inspeção à anterior Junta de Freguesia de Massarelos, apresentada pela CDU.

Não participaram na votação e ausentaram-se da sessão, os seguintes membros da assembleia de freguesia: Eduardo Vasques de Carvalho, António Moutinho e Beatriz Vilarinho.

Favor – 6 (2 CDU; 1 BE; 3 PSD) Abstencções – 7 (4 RM; 3 PS)

Presidente da Junta, Sofia Maia: Sr. Perfeito e Eng. Calisto, quero relembrar mais uma vez que eu Sofia Maia, na altura Presidente da Junta de Freguesia de Massarelos e com o meu executivo, fomos nós que tomamos esta iniciativa e os Senhores tomaram esta iniciativa um mês depois. Se há pessoa que quer isto esclarecido, somos nós. Em relação ao que aconteceu e já expliquei muitas vezes, o que aconteceu foi um relatório do qual tivemos de fazer um contraditório, em junho e expliquei que não podia dar-vos conhecimento. Em relação ao relatório final, se já o sabem, eu não o sei e quando o tiver o darei. Concordo em que queiram fazer mais um pedido e o Sr. Perfeito sabe a quantidade de pedidos feitos por mim, em relação a este relatório. Neste relatório existe três partidos, PSD, CDS e CDU.

Casimiro Calisto, CDU: em 12 de julho de 2011 houve a renúncia do Sr. Presidente da Junta de Massarelos e em 10 de agosto de 2011, o restante executivo da Junta de Massarelos solicitou ao IGAP, uma inspeção a Junta de Freguesia. Em relação ao que se passou ao um ano para cá, não se sabe nada e não temos acesso a nenhum relatório. Nós temos legitimidade e com o órgão fiscalizador de uma União de Freguesias e uma Freguesia está a ser drenada para pagar contas da outra, temos de saber a bem das partes.

Perfeito Monteiro, CDU: Sra Presidente nada está aqui em causa, porque sabemos quando tudo isto aconteceu. A iniciativa da Sra Presidente pedir uma auditoria as contas da Junta de Freguesia, depois de 12 de julho de 2011, com o Presidente fora da Junta de Freguesia. Seguidamente a CDU pede em Setembro a Inspeção Geral da Administração Local, para verificar a gestão da Junta. A Sra Presidente da Junta, foi muito mais longe do que a própria CDU, isto é ao pedir a inspeção a este organismo, já apontava exatamente aquilo que eles deviam procurar, enquanto que a CDU apenas pedia diligência dos organismo para vir ver exatamente aquilo que se passava, portanto não está aqui em causa nada, é uma questão política, pois isto começou muito antes de julho de 2011, pois a CDU já pedia auditorias as contas da Junta.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: informo que na próxima assembleia vou controlar os tempos e fazê-los respeitar.

Par
W
Dr. Calisto

Presidente da Junta, Sofia Maia: é verdade que a auditoria foi pedida quando estava como Presidente, mas a CDU estava na assembleia e no executivo desde 2005, ou seja, também o podia ter feito a partir de 2005.

Perfeito Monteiro, CDU: a Sra Presidente levantou agora um outro problema, é que a CDU estava no executivo em 2005, durante dezoito meses e ao fim desse tempo saiu. Já que levantou este problema lembro-me que a Sra Presidente numa assembleia pedir uma salva de palmas, ao membro da CDU pelos bons serviços prestados a Freguesia. Ninguém melhor como a Senhora como Tesoureira, sabia o que se passava e não peça a um membro da CDU, um simples vogal, de saber aquilo que se passava com as contas da freguesia.

Presidente da Junta, Sofia Maia: todos nós temos interesse e conforme eu pedi todos nós podíamos ter pedido antecipadamente.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: foram apresentados dois requerimentos e vou ler o da CDU, conforme me foi pedido (em anexo a esta ata cópia do requerimento) e vou já endereçar isto a Sra Presidente da Junta.

António Moutinho, RM: na qualidade de membro eleito da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos... (em anexo a esta ata cópia do documento apresentado).

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: já foi entregue o documento a Sra Presidente da Junta e vamos entrar na ordem de trabalhos e informo que se vão ausentar desta sala os deputados, Eduardo Vasques de Carvalho, Beatriz Vilarinho e António Moutinho. São duas atas que vão ser aprovadas.

Ponto 1 – Aprovação das atas da Assembleia de Freguesia (16 de dezembro de 2015 e 11 de abril de 2016);

Colocada a votação a ata 14 de 16 de dezembro de 2015:

Favor – 10 (4 RM; 3 PS; 3 PSD) Abstenções – 3 (2 CDU; 1 BE) Contra – 0

Em relação a ata 15, gostaria de fazer um comentário; em primeiro lugar acho que as atas devem transcrever um resumo daquilo que se passa na assembleia, porque é para isso que existe o áudio para confirmar. De alguma forma todos os que contribuem com os seus comentários os mesmos são integrados nessas atas. Relativamente a ata 15, existe aqui um ponto que eu discordo daquilo que o Eng. Calisto aqui propõe, em que colocou a questão em que o Presidente da Assembleia de Freguesia, usando da palavra passou a ler uma declaração que vai ser transcrita na íntegra, é como eu digo já disse uma vez, nunca deixei de ser Presidente desta Assembleia, mas se quer tirar esta situação eu retiro e fica só o meu nome na declaração. Relativamente a este comentário, quando pedi para ler um requerimento em meu nome pessoal e que tinha uma explicação para dar, aos fregueses e a esta assembleia e por isso quis ler não na qualidade de Presidente, mas na qualidade de pessoal e isto foi entendido na altura, por todos os presentes. Por isso, colocar esse comentário aqui é distorcer aquilo foi dito.

Casimiro Calisto, CDU: a CDU ouve a gravação áudio e coloca taxativamente tudo o que se passou nessa assembleia, obviamente em relação a esta ata recebemos uma

ata feita pelos serviços e depois fazemos as correcções. Em relação a ata que vai ser posta a votação, queríamos saber se tem aquela correcção que nos fizemos no tempo que estivemos cá, ou não.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: todo o resto que foi acrescentado não fiz referência e iria colocar a votação. Relativamente a este comentário e aquilo que a CDU normalmente não faz, é não fazer os comentários de todos os outros deputados, acrescenta ou altera os comentários que a CDU faz e muito bem. No entanto, acho despropositado neste caso, queira fazer este pequeno comentário e por isso pedia-lhe para retirar a forma como ele está. Se não é audível, toda a gente percebeu nesta assembleia que a minha intenção era falar em termos pessoais.

Casimiro Calisto, CDU: nós recebemos uma convocatória assinada por sete deputados desta assembleia, três do Partido Socialista e quatro da lista do Rui Moreira. O Dr. Mário Praça, não foi subscritor desse pedido, mas na assembleia foi o Dr. Mário Praça, que tomou a iniciativa de apresentar a sua convocatória e disse claramente que o fazia não como Presidente. Se querem manter a versão original, nós CDU votamos contra e vocês têm maioria, se querem a versão textual, só têm de dizer isso.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: Sr. Eng. Calisto, agradecia que fizesse a tradução textual e acrescenta-se todos os comentários feitos por todos os outros deputados. Este comentário é um comentário que deixa muitas dúvidas.

Casimiro Calisto, CDU: eu ainda não percebi qual o comentário que está a mais, por eu dizer que está inaudível.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: a forma como o faz e era esse parágrafo que eu gostaria de pôr a votação, sem esse parágrafo o resto que foi acrescentado não tenho nada a opor e visto que isto veio hoje, em cima da hora.

Casimiro Calisto, CDU: está a cair em erro, eu já enviei a ata a vários dias e em relação ao que está aqui, passo a ler" Mário Praça, RM: damos como aberta esta sessão e a qual eu iria ler algumas palavras, não na qualidade de Presidente" e depois deixa-se de ouvir. Se quer riscar o inaudível entre parêntesis, tudo bem.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: deve então acrescentar que a minha intenção foi falar não como Presidente, mas pessoalmente e por isso me dirigi ao púlpito.

Casimiro Calisto, CDU não ouvi isso na gravação.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: tem dúvidas nessa questão, que isto foi um ato pessoal a leitura e não como Presidente da Mesa?

Casimiro Calisto, CDU isto já está demasiado belicoso para meu gosto, se quer tirar, se quer manter a afirmação que está a falar, Presidente da Assembleia usando da palavra, se quer que isto fique e a minha parte retirada, o Senhor faça isso e nós votamos contra.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: tento de uma forma que as coisas sejam por unanimidade e quero que as coisas sejam transcritas com base

Dr. Calisto

naquilo que se passou na assembleia, a minha interpretação sobre este parágrafo, não é igual a do Sr. Eng. e lamento dizer-lhe que nesta assembleia toda, só fez este comentário da minha intervenção, é malicioso, poderia o dizer. Vou colocar a votação a proposta com as alterações feitas pelo Sr. Eng. Calisto, no entanto, em meu nome pessoal e se me permitem, gostaria de fazer esta declaração, que a minha intenção quando fiz este comentário, foi fazer uma intervenção não em termos de Presidente da Mesa, mas em termos pessoais e isso queria que constasse na próxima ata. Colocada a votação a ata 15 de 11 de abril de 2016, conforme alterações feitas pelo Sr. Eng. Casimiro Calisto. Tinha sido enviada uma ata inicial, enviada por mim e outra segunda em que o Eng. Calisto fez algumas alterações.

Casimiro Calisto, CDU: a CDU está aqui com uma atitude proactiva e recorde que na audição esteve a Associação do Cais do Ouro e na ata não apareceu.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: há um erro da nossa parte, porque não entregou a credencial e por isso falhou e com certeza que a Associação esteve aqui presente e sobre isso não faço qualquer tipo de comentário.

Casimiro Calisto, CDU: o Sr. Presidente diz que não fez a declaração como Presidente, mas eu passo a ler novamente. Não há problema fica a versão inicial que o Sr. Presidente enviou e nós votamos contra e a maioria vence.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: eu vou propor seja autorizada a alteração a votação da ata 15, proposta da CDU com as respectivas alterações.

Luís Osório, PSD: nós só votamos uma ata e é a ata da mesa e não da CDU, eu não voto a ata dos partidos, mas sim a ata que a mesa propõe. A mesa não vai votar contra a sua própria ata.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: era isso que estava a propor, se esta assembleia entender que sejam feitas as respectivas alterações e se a assembleia se pronunciar a favor, não vejo problemas nenhuns, senão volta a inicial. Vamos então a inicial.

Colocada a votação a ata 15 de 11 de abril de 2016:

Favor – 9 (4 RM; 3 PS; 2 PSD); Abstencões – 2 (1 PSD; 1 BE) Contra – 2 (2 CDU)

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2015;

Visto a disponibilidade do Dr. Carlos estar aqui para esclarecer nalguma dúvida acerca disto, agradecia essa disponibilidade e não houve nenhum deputado se tivesse apresentado aqui para ser esclarecido de qualquer dúvida.

José Reis, BE: por indisponibilidade nenhum membro do BE esteve na referida reunião, mas mesmo que estivesse na reunião de esclarecimentos, iria retomar esses esclarecimentos aqui. Li o relatório e foi-nos entregue hoje o relatório da Adilo e uma




vez mais parecem-me relatórios pobres, muito sucintos, pouco analíticos. Ao ler-se este relatório não se fica com a dimensão do que a Junta faz. Preocupante o valor que se gasta a nível da medicação e deve ser dado em situações de emergência e a verba brutal de 15 mil euros para pagamento de luz, para ajudar as famílias, assim como o valor de pagamento de água, um valor mais baixo, mas significativo. Quanto a tele assistência, existe sistemas mais atuais de acompanhamento e acho que a Junta deveria no âmbito de protocolos com entidades que fazem investigação neste domínio, pudessem aproveitar uma freguesia amiga dos idosos. Na listagem dos subsídios, observa uma listagem muito extensa a várias entidades, umas no âmbito da freguesia, outras não. Junto do relatório de contas deveria vir uma listagem coma as entidades protocoladas. Em relação as contas, existem rubricas com uma taxa de execução muito baixa e a venda de cera no cemitério só rendeu 19,6 por cento do que estava previsto.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: tentarei ser o mais rápido possível e tentar responder a todas as questões dos Srs Deputados. Quanto ao fundo de emergência, os valores são o que são e o que é preciso transmitir é que a atribuição de todas as verbas do fundo de emergência são alvo de um processo, elaborado pela Dra Helena Mendes ou pela Dra Ana Paula, e por vezes são processos que vem da segurança social. Quanto aos fundos de emergência de pagamento de luz e água, tentamos evitar repetições para que não haja uma habituação. Quanto a medicação existe nesta freguesia, existem pessoas na maioria idosas, com rendimentos muito baixos e com medicação regular. Em relação a tele assistência, vou ter em conta a proposta feita pelo deputado do BE, pois acho um trabalho útil. Quanto ao cemitério o valor calculado em relação ao passado, mas realmente houve um decréscimo grande neste período.

Luís Osório, PSD: agradecer a reunião e solicita o agendamento da mesma com um pouco mais de antecedência. Gostava de dar os parabéns pela forma da apresentação do relatório que tem evoluído, pois ficamos mais esclarecidos e há mais informação. Algumas dúvidas, em relação ao Gabinete de Psicologia, tem menos gastos do que estava orçamentado; Gabinete de Inserção Profissional, tinha uma dotação de 10.800.00 Euros, ou não houve, ou foi para outra rubrica; festas de S. João tiveram o dobro daquilo que estava previsto em termos de custo; na despesa existem pontos importantes e devem-se assinalar como positivos, numa Junta que ainda se paga dívidas da anterior e que ainda deve dinheiro, não ter havido ajudas de custo, de representação, gasolina; no cemitério o valor inferior no investimento e em matérias utilizadas, é sinal que está tudo bem; rubrica para formação encontra-se a zero e a formação nunca é demais; fundo de emergência quando foi criado teve uma razão de ser, este devia ser o último reduto a quem as famílias pudessem recorrer. Qual o valor em aberto das dívidas do passado e se objectivo da Junta liquidar até ao final deste ano ou passara para 2017.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: o gabinete de psicologia só houve contratação em maio e a verba previa o ano inteiro e daí a diferença; gabinete de inserção profissional depois de algumas reuniões entendemos que estas funções já eram desempenhadas pela Adilo e iria ser uma duplicação de funções e não avançamos com o projecto; festas de S. João são realizadas pela Porto Lazer, mas existe alguns pormenores que a Porto Lazer não pode e a Junta tenta proporcionar o melhor S. João possível a Freguesia, a nível da segurança, programação; quanto ao cemitério foram feitas várias análises e precisa de um investimento sério e avultado para melhores condições; a formação dos funcionários continua a existir e é uma preocupação deste executivo, mas a formação que foi financiada já vinha de 2014 e não houve custos para a Junta.

7-11

 Arlindo

Casimiro Calisto, CDU: quanto a este ponto já foi quase tudo dito e independentemente das contas estarem certas, acho que o relatório de actividades e as contas são votadas de acordo com as opções políticas, cada um de nós faria outra coisa e apresentamos no início do ano, ao abrigo do estatuto da oposição as suas directrizes. Por coerência vamos votar contra este relatório e as contas, não por desconfiança mas a nível partidário. Há um saldo positivo, gastou menos do que se recebeu e acredito que o fundo de emergência é bem gerido. Existe uns pormenores que queríamos realçar, em dezembro de 2014 tivemos a aprovação do regulamento do balneário de Massarelos, que constituía uma receita de 1.000.00 Euros no ano de 2015. Penso que está fechado, não sei se a Junta vai reactivar. Em relação aos subsídios concordo com a ideia apresentada. Existe uma dúvida que gostaria de levantar, na parte das receitas são o que se esperava, mas a um mecanismo na parte das despesas, o que significa dotações corrigidas, porque fizemos uma revisão orçamental a meio do ano e apareciam verbas para formação, apareciam verbas que depois de corrigidas desapareceram. Rapidamente devíamos ter a noção do que falta, porque de outubro de 2013 até agora, pagou mais de 300 mil euros em dívidas e se esta vai continuar. Quanto a disponibilidade do Dr. Carlos Velez de estar aqui, registo a disponibilidade mas o debate é feito aqui e é para bem de todos que seja aqui prestado os esclarecimentos.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: vou começar pelo fim e repetir o que já disse, que quando me disponibilizo para estas reuniões não é para debater política, mas porque a questões mesmo técnicas e algumas dificuldades de percepção por parte dos membros da assembleia que gostam de ver esclarecidos e depois fazer política nas assembleias. É só para aliviar a assembleia de pormenores técnicos que podiam ser evitados e deixar apenas os considerandos políticos. Quanto ao balneário está fechado neste momento, porque estamos a espera de um POC. As alterações orçamentais não são muitas, três ou quatro, mas ao longo do ano fazemos algumas alterações a algumas rubricas, conforme as necessidades. Na última assembleia tinha mencionado trazer um documento que já está na sua generis elaborado, mas infelizmente não acaba e uma das questões está a ser esclarecida com a segurança social.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: coloca a votação o ponto dois da ordem de trabalhos.

Colocado a votação o ponto dois - Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2015.

Favor – 7 (4 RM; 3 PS); Abstenções – 4 (3 PSD; 1 BE) Contra – 2 (CDU)

Ponto 3 – Apreciação do Inventário ano 2015;

Casimiro Calisto, CDU: penso que este ano o inventário está correto, quer dizer a designação, porque no ano passado estava mal.

Ponto 4 – Boletim Informativo de Janeiro a Março de 2016.

Presidente da Junta, Sofia Maia: para informar que na passada quarta-feira houve uma derrocada no prédio ao lado da Creche, fomos contactados pela Protecção Civil e pelos bombeiros e tivemos que evacuar de imediato as crianças e os colaboradores. O executivo tomou as diligências logo com a protecção civil e os bombeiros e comunicar aos membros da assembleia e ao público presente que as crianças neste momento

estão aqui neste edifício. Já comunicamos essa situação a segurança social e temos um documento da protecção civil, pois não existe segurança para manter as crianças. Em relação ao estaleiro do Ouro, que já começou esta semana a montagem para o estaleiro do Ouro, para as obras e a única situação que quero ressaltar é que embora o estaleiro esteja a ocupar praticamente o parque de estacionamento, durante o período das festas de S. João, chegou-se a um acordo com a APDL e eles irão diminuir o estaleiro para que possam decorrer as festas de S. João, com a maior tranquilidade. Convidar todos, para o 25 de Abril que irá decorrer na segunda-feira, a partir das 11h no edifício sede, na Rua de Serralves. Obrigada.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: é costume no final das sessões ler-se a minuta da ata e como a assembleia foi muito extensa, se posso amanhã enviar a minuta para se pronunciarem. Agradeço.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na íntegra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mário José M. da F. Almeida P. e.



Alca. Luísa Pinto Seixas